

Mulheres metodistas na educação escolar: ensinando no interior paulista na Primeira República

Vasni de Almeida¹

A educação escolar protestante no Brasil, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, em muito, é devedora à ação de mulheres. Algo não muito comum na sociedade brasileira de então, já que a educação feminina se restringia, até 1827, às escolas de primeiras letras (ROSEMBERG, 2012, p. 334). A ação das missionárias que se envolveram na organização de escolas nesse período pode ser compreendida tanto na perspectiva da relevância que davam ao ensino como forma de fortalecer suas igrejas quanto pela possibilidade que franqueavam no sentido de dar visibilidade à participação feminina em uma sociedade cujos poderes sociais se concentravam nos homens. Assim, o protagonismo feminino na educação protestante no Brasil, na virada do século XIX para o XX, pode ser compreendido a partir da noção de empoderamento, que, segundo Guerrero (2015, p. 62), pode ser compreendido como “o mecanismo pelo qual as pessoas e as coletividades vão progressivamente tomando controle de seus próprios assuntos, de sua vida e seu destino”. As mulheres metodistas, em particular, se desdobram para ter o controle de suas práticas em uma sociedade na qual os papéis femininos ainda estavam reservados ao espaço doméstico.

Para Maria Beatriz Nizza Silva, até o século XIX, o acesso das mulheres ao saber escolar era restrito. Para a autora, desde

o início da colonização, a educação formal destinava-se apenas aos meninos e, mesmo esses, nem sempre recebiam os cuidados de um mestre. Pode afirmar-se que a instrução e leitura constituíram o quinhão de uma minoria de crianças e jovens (SILVA, 2008, p. 133).

Algumas poucas meninas recebiam ensino de ler, escrever e contar por meio de tutores. A maioria das mulheres, porém, era incapaz de assinar o

¹ Professor Associado I da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Curso de História. Líder dos grupos de Pesquisa/Cnpq História e Ensino e História e Religião.

nome, o que não as impediam de realizar a leitura de algumas frases. As elites coloniais - capitães, marechais do campo e senhores de engenho reservavam para suas filhas a educação oferecida nos conventos ou nas casas de recolhimentos. Nesses espaços, aprendiam pouca coisa além dos rudimentos da leitura, do coser, do cantar e da aprendizagem em algum tipo de instrumento musical (SILVA, 2008). As mulheres teriam que esperar, assim, a chegada do século XIX para se profissionalizar. Heloísa Villela lembra que a profissionalização da mulher no Brasil se inicia com a adesão das jovens de classe média aos cursos normais, criados a partir da década de 1830. O primeiro Curso Normal no Brasil foi criado em Niterói, RJ, em 1834, primeiramente para receber estudantes masculinos, porém, com a baixa adesão dos jovens à carreira de magistério, a legislação, aos poucos, foi mudando no sentido de permitir a entrada das mulheres. Estava aberto, então, o espaço para o trabalho da mulher para além do espaço doméstico. (VILLELA, 2000).

Posto isso, neste breve texto pretendemos analisar o envolvimento de mulheres metodistas com a educação escolar, seja na própria prática educacional, seja nas tratativas que encetaram com pastores, políticos e agentes públicos da educação, na esteira da compreensão de que um grupo social, nas suas formas de representação, explicita o poder que pretende exercer. Para Guacira Lopes LOURO (2001), quando as mulheres assumiram a condição de professoras, no final do século XIX, fizeram isso numa batalha de duas frentes: uma para se definir e outra contra a definição dos homens sobre elas. A definição dos homens sobre as mulheres, mesmo sobre aquelas que começavam a disputar as profissões até sob o mando masculino, não diferia muito do papel feminino na esfera doméstica. A representação masculina sobre as mulheres professoras como extensão da maternidade seria uma das definições a ser combatida.

Tendo isso em mente, centralizaremos nossa análise sobre o envolvimento das metodistas com a educação escolar tendo como objeto de estudo as práticas educacionais e sociais de missionárias em escolas metodistas organizadas nas cidades de Ribeirão Preto e Birigui, localizadas no interior do Estado de São Paulo. A educação protestante será analisada na

sua relação com os interesses dos políticos liberais que defendiam o sistema republicano como condição para a modernidade brasileira. Em seguida, apontaremos os esforços dispensados para a implantação de escolas, momento em que as mulheres missionárias demonstraram habilidade no levantamento de recursos para esse fim e, por último, indicaremos o ensino ofertado pelas escolas que organizaram.

Educação protestante e liberalismo republicano

A partir de 1870, já consolidadas em várias regiões do país, as igrejas do protestantismo de missão² partiram para a inserção no campo da educação escolar, fundando escolas primárias, secundárias e técnicas nas principais cidades e vilas brasileiras. Os metodistas iniciaram suas atividades escolares no interior da então província de São Paulo, na cidade de Piracicaba. A missionária Martha Watts fundou ali uma escola primária, em 1871, embrião da Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep, uma das maiores universidades particulares do país. Entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as missionárias norte-americanas foram responsáveis pela abertura das seguintes escolas femininas: Colégio Piracicabano, em Piracicaba, SP; Colégio Americano, em Porto Alegre, RS; Colégio Isabela Hendrix, em Belo Horizonte, MG; Colégio Bennett, no Rio de Janeiro, RJ, e Colégio Centenário, em Santa Maria, RS (MESQUITA, 1995, p. 99). Essas escolas, que se sustentam até a atualidade, e mais outras de curta duração, foram constituídas entre 1881 e 1922, período de forte presença de missionários norte-americanos no Brasil.

A implantação da educação escolar metodista em Ribeirão Preto e Birigui, tal qual a organização de igrejas, em muito se deu pela infiltração nas fileiras católicas para se fortalecer e para atrair os estudantes necessários para a manutenção das escolas. Se era uma educação de origem protestante, isso não significava um ensino fechado ao seu currículo de fé, ainda mais se atentarmos para o fato de que os protestantes se constituíam em uma minoria

²Os protestantes de missão - presbiteriano, batistas, metodistas e congregacionais instalaram-se no Brasil na segunda metade do século XIX e, mesmo mantendo os pilares de suas crenças, adaptaram-nas às realidades da cultura religiosa brasileira, tendo em vista a busca de arregimentação de fiéis entre as populações com as quais tinham contato.

incapaz de manter uma escola em atividade. No entanto, convencer os pais católicos a enviarem seus filhos para uma escola protestante não era uma tarefa facilitada, pois, embora admitissem o sistema norte-americano de ensino, os católicos estavam receosos do proselitismo protestante.

A implantação de escolas metodistas nessas cidades deve ser compreendida, ainda, levando-se em consideração um quadro mais elástico da educação brasileira. Além das concepções teológicas, filosóficas e doutrinárias que lhes servem de orientação, temos que voltar a atenção para os elementos sociais presentes no campo educacional brasileiro. A Constituição de 1891 consagrou a liberdade às expressões religiosas constituídas no país, liberdade até então vigiada e restringida pelo catolicismo hegemônico que atuava enquanto religião oficial do Estado. Os liberais republicanos esperavam receber dos aliados, entre eles os protestantes históricos, as contribuições culturais necessárias para a formação de uma nova ordem política e social. No protestantismo missionário oriundo dos Estados Unidos estava depositada significativa parcela de responsabilidade na construção da República, pois se acreditava que o protestantismo seria sinônimo de avanço científico e educacional.

Na visão política dos liberais, na cultura religiosa protestante havia mais do que o projeto de construção das igrejas – a sua experiência com a educação escolarizada a tornava mais abrangente. Jether Pereira Ramalho lembra que a modernidade que os liberais pretendiam com o auxílio da educação escolar protestante residia no fato de esta se preocupar com a eficiência, com o ensino voltado para a prática, para a responsabilidade pessoal e para o aperfeiçoamento das instituições. Segundo Ramalho (1976, p. 150) as ideias mais simpáticas aos liberais eram as de “evolução, de mudanças, de transformações, de modernizações, com elevação social dos indivíduos, dentro da ordem e da hierarquia”, o que significava uma modernidade e uma liberdade segundo os conceitos próprios do pensamento liberal. A ideologia protestante de inovação social não assumiu no país, no entanto, “a forma de contestação a estrutura de poder vigente”, ressalta Cândido Procópio Camargo (1973), figurando, deste modo, no campo da moral e do controle de condutas.

Em Ribeirão Preto, a organização escolar metodista estava ligada ao projeto de crescimento religioso da cidade e tal tarefa foi proposta às associações de mulheres metodistas de sul dos Estados Unidos, mais precisamente da Sociedade Missionária para Mulheres Estrangeiras da Igreja Metodista Episcopal do Sul, fundada em 1878. Para Zuleica de Castro Coimbra Mesquita, uma das metas dessa associação era o de preparar missionárias para atuar em países em que as mulheres tinham de ser educadas por homens, como em alguns países orientais. A ideia central seria a formação de mulheres em países alcançados pelas missões protestantes. Segundo a autora, “educando-as nos padrões culturais protestantes e ocidentais, essas mulheres se libertariam da dominação masculina, tornando-as independentes e em condições de prover seu próprio sustento” (MESQUITA, 1995, p. 96).

Outro autor, Peri Mesquida, aponta que, logo após a Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), implantar escola seria o principal papel a ser desempenhado pelas associações de mulheres protestantes norte-americanas. Tais associações foram preponderantes na construção do ideário missionário feminino no Brasil e na consequente educação levada a cabo pelas educadoras. Nas escolas dirigidas pelas missionárias, a missão era libertar a sociedade - principalmente a mulher das *garras do analfabetismo e da superstição*. Ainda que marginalmente, o autor desenvolve a ideia de uma educação organizada como forma de se contrapor ao poderio cultural e religioso do catolicismo, principalmente na segunda fase do Império e, reiterando sua compreensão de hegemonia norte-americana, o autor afirma que a educação metodista liderada pelas mulheres era relacionada com o aumento da influência econômica dos Estados Unidos no país, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os significativos valores financeiros concedidos pelas Juntas Missionárias dos Estados Unidos às escolas protestantes estavam vinculados ao transplante cultural e econômico envidado pelos estadunidenses (MESQUIDA, 1994).

Os esforços na implantação de escolas

O Instituto Metodista de Ribeirão Preto foi organizado pela missionária

Leonora Dixon Smith, em 1899, numa situação que se mostrou diferenciada em relação às escolas implantadas em Piracicaba, em Juiz de Fora, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, isso porque era de praxe a Sociedade de Mulheres Estrangeiras escolherem as cidades onde se instalariam as escolas e montarem a estrutura necessária para manutenção das aulas, dos aluguéis e as construções de prédios, os salários de diretores e de professores, os mobiliários e as primeiras despesas gerais. O que indicava a escolha de uma cidade era sua posição estratégica do ponto de vista econômico, a quantidade de metodistas, a dinâmica da igreja e as condições de transporte e comunicação. Por falta de informações sobre potencialidade que estava adquirindo Ribeirão Preto, no cenário econômico nacional, e por pressões políticas da hierarquia da igreja, essa sociedade não aprovou e não destinou, de imediato, os recursos financeiros para iniciar a escola então requisitada pelos metodistas da cidade.

Coube a Leonora Smith, filha de imigrantes norte-americanos estabelecidos em Santa Bárbara, interior do Estado de São Paulo, formada no Alabama College, Montgomery, EUA, e professora do Colégio Piracicabano, assumir essa tarefa. Havia, nas professoras dos colégios metodistas a necessidade em assumir escolas em regiões de fronteira. Atendendo a pedidos de pastores de Ribeirão Preto e com a aquiescência do bispo Eugene Hendrix, responsável pela missão metodista brasileira, a professora assumiu a responsabilidade da instauração da escola tendo como recursos financeiros somente seu salário de missionária. Chegou à cidade no início de setembro de 1899, iniciando as aulas com cinco alunos *sentados no chão e escrevendo em caixas de papelão*. As dificuldades iniciais foram vencidas pelo aumento das matrículas e conseqüentemente pelas mensalidades recebidas no transcorrer do semestre, o que indicava a aceitação da proposta de ensino metodista por parte da população local.

No final de 1900, mesmo descontentes com o fato de Smith ter implantado a escola sem aprovação prévia, a associação de mulheres metodistas dos Estados Unidos começou a enviar os recursos necessários para a manutenção de diretores e professores (CARTA DA FUNDAÇÃO DO COLÉGIO METODISTA DE RIBEIRÃO PRETO, s/d). Gerenciando as parcas

receitas da escola, Smith e as missionárias que a acompanharam ampliaram as matrículas, o que permitia alugarem prédios mais adequados à prática de ensino, já que, em seu início, as aulas eram ministradas no próprio templo. Outra fonte de recursos para prover as despesas com funcionários e reformas de salas de aula era oriunda das ofertas recolhidas nas Conferências Anuais da Igreja, ainda que quantias pouco elásticas. No entanto, não eram somente as verbas que preocupavam as mestras: elas procuravam estar atentas às oportunidades que possibilitassem o fortalecimento da proposta educacional metodista na região.

Quando Smith e suas professoras necessitaram de um espaço maior para as festividades do final de semestre de 1900 - vale lembrar que o final do período letivo ocorria, para as missionárias, no mês de junho, pois ainda se organizavam segundo o calendário escolar dos Estados Unidos, contaram com o apoio dos políticos locais, que lhes cederam uma sala da Câmara Municipal para a realização do evento. Um ano depois, requisitaram ao poder público, para o mesmo programa, o Teatro Carlos Gomes, um dos ícones da cultura da cidade à época, no que foram prontamente atendidas. Em 1906, a Prefeitura Municipal começou a repassar verbas ao colégio para a manutenção de alunos que não conseguiam arcar com as mensalidades (WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE, jun/1901; nov/1906). O uso dos espaços públicos era decantado como via de fortalecimento de uma denominação disposta a esmaecer a hegemonia católica na região. As missionárias professoras tinham que se desdobrar no convencimento de homens e atuar em espaços dominados por homens. Suas ações eram, portanto, políticas.

Vale lembrar que a escola metodista de Ribeirão Preto, de 1899 a 1950, foi dirigida por mulheres, e o mesmo acontecia em outras escolas fundadas por mulheres na virada do século XIX para o século XX. Ao analisar o início da participação de mulheres na direção de escolas na Primeira República, Louro (2001, p. 460) afirma que essa nova função, de algum modo, rompia “com a representação ou as expectativas mais tradicionais”. Os homens públicos do interior paulista não estavam tratando de assuntos de administração escolar com outros homens, mas com as mulheres diretoras da escola. Um projeto de convencimento desenvolvido pelas missionárias era o de fazer visitas

constantes à área rural procurando atrair filhos de fazendeiros e colonos para a escola e, com certa habilidade, as mestras esforçavam-se também em manter boas relações com os personagens expressivos da cidade, utilizando, para tanto, todas as oportunidades que se apresentavam, como, por exemplo, as festas de abertura do ano escolar.

Em março de 1909, *um dos mais conceituados advogados da cidade* fez a palestra de boas-vindas aos alunos e pais. Tratava-se de Augusto Ribeiro de Loyola, também ex-prefeito da cidade. Figura muito conhecida nos meios sociais daquela época, permaneceu na memória coletiva de Ribeirão Preto, pois uma importante rua de um bairro tradicional recebeu o seu nome³. As boas relações que as missionárias mantinham na esfera política local eram revertidas quase sempre em benefícios para a escola. Em 1913, quando puderam iniciar a construção do seu próprio prédio escolar, na região central da cidade, receberam a ajuda da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro, que transportou todo o material de construção gratuitamente (WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE, jun/1905; jul/1909; THE MISSIONARY VOICE, set/1913). Dos quadros da igreja de Ribeirão Preto, as educadoras também procuram receber recursos financeiros para a manutenção da escola. Eduardo Shalders, membro da antiga família de metodistas e engenheiro que transitava na esfera social e política da cidade, socorreu quando as mestras estavam envolvidas em batalhas jurídicas com os proprietários de outras escolas.

Em 1913, por exemplo, quando ainda alugavam uma casa cujos proprietários eram nada menos que influentes italianos, membros da Sociedade Dante Alighieri da cidade, Shalders usou sua influência em favor das norte-americanas, isso porque os italianos, na pretensão de ter o imóvel de volta, tendo em vista a constituição de uma escola para seus filhos, não estavam respeitando o contrato estabelecido entre as partes, o qual garantia a permanência das mestras até o final daquele ano. Contudo, com apoio de advogados da cidade, Shalders destituiu os italianos daquele propósito (THE MISSIONARY VOICE, abr/1913). O Instituto Noroeste de Birigui também começou suas atividades na esteira do processo religioso, e foi fundado em

³Trata-se da Rua Dr. Loyola, situada na Vila Tibério, um dos primeiros bairros da cidade, no início do século XX, habitado por grande quantidade de operários (ALMEIDA, 1999).

18 de fevereiro de 1918, sob a responsabilidade da Associação Metodista de Mulheres da Conferencia Anual Central, da missão metodista no Brasil. Esse fato é significativo, pois, enquanto a maioria das escolas ligadas a essa denominação nas regiões Sul e Sudeste foi organizada pelas sociedades femininas norte-americanas, como o Instituto Metodista de Ribeirão Preto, a de Birigüi foi implantada por uma associação formada e dirigida por brasileiras.

Isso não significava que não recebesse orientações pedagógicas e religiosas da cultura escolar estadunidense. No entanto, apontava um certo grau de autonomia das instituições metodistas brasileiras, com possibilidade de, no futuro, constituir um modelo de ensino inteiramente voltado à realidade nacional. Os esforços feitos para a fundação da escola, as origens dos recursos para a sua manutenção - para além das mensalidades e a integração de setores sociais locais ao projeto educacional proposto são sinais de um ensino afinado com os interesses de uma sociedade que carregava as marcas das mudanças econômicas, políticas e religiosas do regime republicano instaurado. Antes que a referida associação assumisse a organização da escola, numa região ainda pouco conhecida, as metodistas da cidade se empenhavam em iniciar o projeto educacional, valendo-se das relações sociais granjeadas no município e, ainda em 1917, personagens conhecidas da cidade fizeram doações para a efetivação da escola.

Miguel Gajardoni, membro de uma das mais antigas famílias de protestantes da região, fez uma pequena doação em dinheiro para o preparo do local onde seria construído o prédio escolar, ao passo que Nicolau da Silva Nunes, o agricultor fundador da cidade e dos mais prestigiados chefes políticos do município, doou uma parte do terreno necessário para a construção. A maior parte, entretanto, ficou por conta do também agricultor e vendedor de terras Robert Clark, um dos diretores da Companhia de Terras e Colonização do Estado de São Paulo, responsável pela comercialização da maioria das áreas para cultivo e plantio da região (RAMOS; MARTINS, 1961). Assim, os representantes das camadas médias demonstravam abertura à escola organizada pela associação feminina metodista, através do apoio a suas escolas, o que reforça nosso argumento de a educação escolar estar

afinada com as pretensões de uma camada social média, no que diz respeito a uma instrução que valorizasse seus projetos na região.

A coordenação dos trabalhos para iniciação das atividades escolares coube ao reverendo Cyrus Basset Dawsey, da igreja local, que contratou a professora Áurea de Campos Gonçalves para lecionar à primeira turma. Esta professora também dirigiu a escola de 1918 a 1921, sendo, depois, substituída por Maria Ormena França (IALIM, 2000, p. 13). Filhos de pequenos comerciantes e pequenos agricultores foram os primeiros a se matricularem, e as primeiras mensalidades, por seu turno, giravam em torno de 5 mil réis, mas determinadas famílias chegavam a contribuir com 50 mil, para cobrir os custos dos materiais de ensino dos filhos e demais despesas da escola. Dos cofres da igreja, a escola recebeu, em 1918, 175 mil réis, destinados à limpeza da propriedade, ao pagamento de pedreiros, carpinteiros, poceiros, de materiais de construção, de salários e transporte da professora (LIVRO DE CONTRIBUIÇÕES AO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGÜI, 1917-1927).

A escola recebia também recursos financeiros de igrejas dos Estados Unidos, ainda que não fosse mantida por associações missionárias femininas, tal como ocorria com outras escolas metodistas brasileiras. Em março de 1922, por intermédio do reverendo Clement Evan Hubbard, futuro diretor da escola de Lins, a escola recebeu dos norte-americanos 300 mil réis. As igrejas metodistas brasileiras de outras cidades, da mesma forma, enviaram contribuições. Da escola dominical da igreja de Piracicaba, por exemplo, chegaram 110 mil réis. Doações individuais de membros da igreja eram recorrentes, e assim foi com Cyros Basset Dawsey, que, em 1922, doou 116 mil réis, com o reverendo Natal Quintanilha, que, em abril do mesmo ano, destinou 120 mil réis. O mesmo ocorreu com Alice Martins e Belmira Fagundes, doadoras de 120 e 60 mil réis, respectivamente. Missionárias norte-americanas que atuavam no Brasil também enviavam verbas para Birigui, tais como Miss Dechamp, que doou 20 mil, e Miss Leila Epss, cuja doação foi de 250 mil réis, isso no ano de 1922. Miss Lois Best, por sua vez, doou grande quantidade de toalhas de rosto.

As missionárias ainda organizavam outras formas de arrecadação financeira visando à construção e à manutenção de prédios: quermesses,

jogos esportivos e até mesmo venda de bíblias. Em 1926, com a produção e a venda do bicho-da-seda, foram arrecadados 78 mil réis. Ainda alugavam os terrenos adquiridos para servirem de pastagem e de depósitos de madeira, o que, em novembro de 1925, rendeu 150 mil réis. Completavam as ações de arrecadações as cobranças pelas lições de corte e costura, bordados e piano. A igreja, contudo, não poderia ficar alheia ao processo de contribuição, e uma das formas que as missionárias encontraram para angariar fundos residia nos apelos financeiros aos membros e visitantes nos horários de culto, no que resultou em a igreja destinar à escola 545 mil réis em julho de 1925 (LIVRO DE CONTRIBUINTES, 1922-1923; LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1932; LIVRO-CAIXA, 1925-1935).

Percebe-se, assim, um grande esforço das metodistas, fossem elas dos Estados Unidos ou do Brasil, em fazer com que a escola tivesse êxito na cidade. Havia a necessidade de interferência religiosa e cultural dos protestantes numa região em que se intensificavam as trocas comerciais entre o interior do país e os grandes centros urbanos, e a educação escolar seria, então, a oportunidade de estreitar laços sociais e instilar comportamentos próprios do metodismo protestante. No decorrer da década de 1920, a Associação Metodista de Mulheres brasileiras passou a acompanhar mais de perto a administração da escola de Birigui, resultando em a sociedade feminina assumir algumas responsabilidades, tais como a mensalidade da diretora nomeada, que ficava em torno dos 250 mil réis. Tal compromisso fazia com que tivesse participação ativa nas atividades de expansão escolar, o que demandava constantes contribuições em dinheiro.

Em abril de 1931, foram investidos 260 mil e, em agosto, 250 mil, ao passo que, em dezembro, 500 mil réis. As doações das mulheres continuaram nos anos subsequentes, com os livros-caixa apontando contribuições mensais de 250 mil réis aproximadamente. No final da década, as doações foram gradativamente diminuindo, registrando-se, entre janeiro e novembro de 1939, a soma de apenas 900 mil réis. Os gastos já não eram os mesmos – em seus orçamentos passaram a constar despesas com reformas de prédios, materiais didáticos, alimentação de funcionários e de alunos carentes. Com a propaganda da escola, gastava-se boa parte do que se arrecadava: em 1939,

foi gasto 1,2 milhões de cruzeiros com publicidade em jornais e emissoras de rádio, além de se implantar um jornal interno, de curta duração (LIVROS-CAIXA, 1925-1935; LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1925-1932; 1938-1939). Era necessário, assim, aparelhar a escola para a concorrência e para o anúncio de sua pedagogia, com a qual se esperava atuar e se identificar com a sociedade.

Uma das últimas ações públicas para arregimentar fundos para a escola na Primeira República foi a constituição de um *livro ouro* para compra de instrumentos musicais para sua fanfarra, uma das mais debilitadas da cidade. Neste livro, entre outros, aparecem os seguintes doadores e valores doados: personalidades, casas comerciais e bancos fizeram pequenas doações, que variavam de 200 a 2.000 mil réis (LIVRO OURO, 1957). A intrincada rede de doações envolvia personagens políticas da cidade bem como pessoas e grupos ligados às missionárias, apontando o quanto a instituição de ensino dependia do círculo social e religioso. Os agentes sociais da cidade primavam pelos interesses na área do conhecimento escolar, e as missionárias, por sua vez, pelo papel normativo e religioso e pela afirmação feminina. A educação escolar das missionárias permitia a interatividade social, por meio de relações que as práticas eclesiais dificultavam aprofundar.

O ensino oferecido

Nas escolas de Ribeirão Preto e Birigui, as missionárias organizaram os cursos primário e secundário. No primário, com poucas variações, lecionava-se leitura, linguagem, caligrafia, desenho, música, aritmética, Ciências, Geografia, História do Brasil, História Sagrada, Ginástica e Trabalhos Manuais. Alfabetização, conhecimentos gerais para formação intelectual e exercícios físicos para o aprimoramento e desenvolvimento do corpo formavam a pedagogia do curso. Completavam o currículo os Trabalhos Manuais, por meio dos quais os alunos confeccionavam mapas, brinquedos, enfeites domésticos e outros, expondo-os, depois, em locais públicos. No manuseio de tesouras, pincéis, barbantes, louças, papéis, madeiras e vidros,

os alunos desenvolviam conhecimentos que lhes poderiam ser úteis em profissões futuras, além do aprimoramento das coordenações motoras, uma das exigências da moderna educação republicana (ALMEIDA, 2005, p. 68).

Na Primeira República, quando se processavam profundas mudanças políticas e econômicas no país, as mestras de Ribeirão Preto - o Curso Secundário da escola de Birigui foi organizado somente em 1936 trataram, seguindo legislação federal vigente, de sistematizar o Curso Secundário. Este seria o curso que mais atrairia alunos na década de 1920 e início da década de 1930, pois os pais buscavam oferecer aos filhos uma formação que lhes permitisse a continuidade dos estudos. Compunha o curso as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Aritmética, Desenho, Solfejo e Canto, Corte e Costura, História Sagrada, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica, Caligrafia, Ciências Naturais, Psicologia e Higiene, Geografia Comercial, Bíblia, Economia Doméstica, Álgebra e Filosofia (CATÁLOGO ESCOLAR, 1929).

Emma Christine, diretora da escola em 1929, destacou os objetivos a serem alcançados com o curso, divulgando, em primeiro lugar, ser a disciplina o primeiro critério de aprendizado a ser observado. O rigor disciplinar visava a desenvolver no aluno “a firmeza do caráter, a coragem, a dedicação, o altruísmo; e despertar-lhes o espírito de iniciativa, de confiança própria, de solidariedade” (CATÁLOGO ESCOLAR, 1929). Reforçava, ainda, que os valores morais a sustentar o ensino seriam aqueles verificados no cristianismo protestante, mesclando princípios religiosos com um ensino capaz de corresponder à necessidade de formação de profissionais reclamados pela sociedade e, no que diz respeito aos valores religiosos, a diretora ressaltou ser a Bíblia a fonte da moral cristã praticada na escola. Era preciso dar respostas à educação escolar requerida por uma clientela componente de uma região em expansão econômica e, assim sendo, a grade curricular foi organizada se orientando pelo sentido de responsabilidade social, não perdendo, entretanto, a oportunidade de incentivar a individualidade do educando, traço marcante de um momento pedagógico que trilhava os caminhos de uma sociedade cada vez mais exigente.

Deste modo, o ensino de Português propiciaria aos alunos redigir com

precisão, falar corretamente, pensar e colocar o aprendizado a *serviço das necessidades da vida*, ao passo que o ensino de História seria mais interpretativo, cabendo-lhe um papel de *mestre da vida*. Com o ensino da Aritmética, visava-se que o aluno obtivesse conhecimentos suficientes para “fazer todos os processos matemáticos requeridos nas relações econômicas e sociais comuns” (CATÁLOGO ESCOLAR, 1929). Tratava-se, ainda, de alternativas ao estilo tradicional de ministrar aulas, que eram realizadas para dar conta de conteúdos de diversas disciplinas. As mestras demonstravam, então, com o anúncio das finalidades das disciplinas, que estavam em sintonia com os propósitos de ideólogos do ensino público, segundo os quais a educação escolar deveria preparar para a interferência na vida pública⁴.

O conhecimento adquirido como os Trabalhos Manuais deveria contribuir para o *progresso social* do educando, notadamente das alunas. O Curso de Educação Física contava com uma variedade de turmas, preparado para receber crianças e adultos. Os espaços apropriados para a prática de esportes eram decantados com a expectativa de atrair a maior quantidade possível de estudantes da cidade à escola. O esporte era compreendido como um portal para a saúde dos corpos, entregues aos cuidados das missionárias.

Considerações finais

O empenho das mulheres metodistas na organização de escolas e do currículo no interior paulista, durante a Primeira República, foi aqui compreendido a partir de três intenções: 1) a religiosa - as missionárias, o próprio termo já explicita a intenção, se lançaram na organização de escolas tendo em vista o alargamento das fronteiras do protestantismo no Brasil. As professoras e as diretoras tinham clareza de que as escolas que comandavam

⁴Carlos Monarcha (1999, p. 75), ao escrever sobre a relação educação e regulamentação da vida pública na ótica dos ideólogos e administradores públicos do final do século XIX e início do século XX, assim se manifesta “O progresso da condição de homem é condicionado a formulação de um programa intelectual que visa promover a abolição do mundo das diferenças: conhecer bem, refletir bem, entender bem, falar bem, agir bem. Para a lógica da administração pública da época, conhecer significa a possibilidade de intervenção na vida pública. Trata-se, entre outras coisas, de produzir regras de conduta social e, a partir de um acordo prévio, impô-las ao conjunto da sociedade. Os ideólogos exaltam, assim, as funções criadoras da razão humana e elaboram uma espécie de metafísica dos costumes”.

faziam parte da missão religiosa de educar e converter alunos e parentes de alunos; 2) mudança de comportamento social - a educação proposta pelas mulheres estava sintonizada com o processo de civilidade desencadeado pelos agentes públicos que pensavam a modernidade republicana, ou seja, a de instilar comportamentos coletivos de cuidados com o corpo e com os hábitos saudáveis; e 3) ações de implantação e direção de escolas por mulheres com o exercício do poder feminino na sociedade. Louro reitera que:

Um olhar atento perceberá que a história das mulheres nas salas de aula é constituída e constituinte de *relações de poder*. É mais adequado compreender as relações de poder envolvidas, nessa e em outras histórias, como imbricadas em todo o tecido social, de tal forma que os diversos sujeitos sociais exercitam e sofrem efeitos de poder. Todos são, ainda que de modos diversos e desiguais, controlados e controladores, capazes de resistir e de se submeter (LOURO, 2001, p. 478 – destaque no original).

Restringir a ação das mulheres metodistas na condução de escolas à ação religiosa de apoio aos fazeres eclesiais, na Primeira República ainda sob o domínio masculino, é se recusar a perceber que, no mesmo movimento que se colocavam à disposição de *servir*, definiam-se como preparadas para o exercício do poder na igreja e nos espaços públicos. Elas praticavam o empoderamento feminino. E queriam isso para si e para as mulheres com as quais se envolviam na prática escolar.

Referências bibliográficas e fontes

ALMEIDA, Vasni de. *Um século de ensino metodista no nordeste paulista*. Ribeirão Preto: Imerp, 1999.

_____. *A cultura escolar metodista em Birigui*. Lins: Ialim, 2005.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. (Org). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CARTA DE FUNDAÇÃO DO COLÉGIO METODISTA DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Arquivo do Instituto Metodista de Ribeirão Preto, s/d.

CATÁLOGOS ESCOLARES DO INSTITUTO METODISTA DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Arquivo do Instituto Metodista de Ribeirão Preto, 1929-1943.

GUERRERO, Olaya Fernández. Processos de empoderamento das mulheres de comunidades no Rio de Janeiro. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA,

Cyntia Maria. *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas: Eduft, 2015. p. 59-92.

LIVRO DE CONTA CORRENTE DO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGUI. Birigui: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigui, 1925-1939.

LIVRO DE CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGUI. Birigui: Secretaria do Instituto Noroeste, 1917-1925.

LIVRO DE CONTRIBUINTES DO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGUI. Birigui: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigui, 1922-1923.

LIVRO-OURO DO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGUI. Birigui: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigui, 1957.

LIVROS-CAIXA DO INSTITUTO NOROESTE DE BIRIGUI. Birigui: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigui, 1925-1934.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 443-481.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: Edufjf; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUITA, Zuleica de Castro Coimbra. A proposta educacional metodista no Brasil: fase de implantação. Piracicaba: *Revista Cogeime*, p. 91-134, 1995.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RAMALHO, Jether Pereira. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

RAMOS, Dorival; MARTINS, Orentino. *A cidade em capítulos*. Birigui: Câmara Municipal, 1961.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.333-59.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara *História e memórias da educação no Brasil (vol. I – Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

THE MISSIONARY VOICE. Piracicaba: Centro de Pesquisas do Metodismo, 1913.

VILLELA, Heloisa de O. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE. Piracicaba: Centro de Pesquisas do Metodismo, 1900-1915.